



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17811 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

O uso de tecnologias digitais durante e após a pandemia de Covid-19: necessidades, dispositivos, usos, apropriações e permanências no trabalho docente

Emanuelle Custodio Sousa de Carvalho - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O uso de tecnologias digitais durante e após a pandemia de Covid-19: necessidades, dispositivos, usos, apropriações e permanências no trabalho docente

GT 09 – TRABALHO E EDUCAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta pesquisa de mestrado, em andamento, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGEd/UFCG), que consiste em um subprojeto de investigação maior realizada pelo “Observatório de Pesquisa da Educação básica: impactos da pandemia sobre o direito à educação e a reconfiguração do trabalho docente”, constituído por docentes de diferentes instituições de ensino superior do país e coordenado por um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFCG).

O Observatório tem por objetivos analisar os impactos da pandemia sobre as condições que afetam a garantia do direito à educação e sobre a reconfiguração do trabalho docente, a partir da constituição de um observatório da educação básica, como instrumento de controle social das políticas públicas de educação. Conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

No bojo do projeto maior, a pesquisa exposta neste trabalho tem como objeto de estudo **o(s) uso(s) de recursos digitais pelos professores durante e no pós pandemia de covid-19: apropriações e permanências** e seus desdobramentos no trabalho de docentes da rede municipal de ensino de Campina Grande na Paraíba, contemplando o período de 2020 a 2024. Parte da seguinte problematização: quais tecnologias e recursos didáticos foram oferecidos pela Secretaria Municipal de Ensino de Campina Grande/PB aos docentes e estudantes durante a pandemia de Covid-19? Quais tecnologias digitais foram utilizadas pelos professores do ensino fundamental - anos iniciais - dessa rede de ensino durante a pandemia? Como foram utilizadas para viabilizar processos de escolarização mesmo em momentos de afastamento social? Quais as necessidades e desafios levaram os docentes a tal uso? Quais dificuldades foram vivenciadas pelos professores nesse(s) uso(s)? Esses recursos permaneceram presentes no trabalho do professor após a pandemia? Se sim, como ocorreu a apropriação desses recursos? Esses questionamentos objetivam direcionar a pesquisa.

Tendo como referência os questionamentos acima, a investigação tem por objetivo geral analisar o(s) uso(s) de tecnologias digitais durante e após a pandemia de Covid-19, necessidades, dispositivos, apropriações, permanências e desdobramentos no trabalho docente em escolas municipais que oferecem turmas de anos iniciais do ensino fundamental de Campina Grande/PB. Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: conhecer a política educacional adotada no município de Campina Grande/PB durante a pandemia de Covid-19 e os recursos tecnológicos disponibilizados para os professores e estudantes; identificar as necessidades e desafios que levaram à utilização de recursos digitais pelos professores, quais e como foram utilizados durante a pandemia; e identificar e analisar a(s) apropriação(ões) e permanência(s) do uso de tecnologias digitais pelos professores no após a pandemia da Covid-19.

A pesquisa encontra-se em estado inicial e vem sendo realizada por meio de um levantamento bibliográfico e do estudo de documentos de política educacional. A revisão bibliográfica tem como foco o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), identificando trabalhos que abordam o trabalho docente e o uso de tecnologias digitais na escola durante e no pós pandemia. O estudo de documentos de política educacional relativos às medidas educacionais adotadas pelo governo federal e pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande durante e após a pandemia (2020-2024) já foi concluído e se encontra em fase de organização e análise das informações obtidas. Também, será feito o levantamento e estudo de documentos das seguintes organizações internacionais relativos ao uso de tecnologias digitais nas escolas: Banco Mundial (BM), Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Internacional da Educação (IE).

O *locus* de realização da pesquisa serão escolas selecionadas da rede municipal de ensino de Campina Grande que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental. Os sujeitos colaboradores serão professoras/es dessas escolas que deram aula durante e após a pandemia, no recorte temporal definido. Ainda serão definidos os critérios de seleção e o número das escolas e dos participantes da pesquisa.

As entrevistas narrativas serão realizadas na perspectiva de Bauer (2022), que evidencia que a utilização de narrativas carrega intrinsecamente a necessidade de contar histórias como forma elementar de comunicação. Por meio dessa metodologia, as pessoas lembram o que ocorreu, suas experiências em sequência e encontram possíveis explicações através da racionalidade da comunicação, enquanto elaboram uma cadeia de acontecimentos que fazem parte da vida individual e social. Nessa perspectiva, Appel (2005) defende que a narração, segundo os princípios básicos que interligam a estrutura e o esquema comunicativo, provoca o ordenamento sequencial e a lembrança das experiências autobiográficas. Para tal, é preciso averiguar e analisar as marcas linguísticas, as pausas, interrupções, correções do próprio narrador e também a entonação.

Como parâmetro para analisar o período pós pandêmico, têm-se como referência a data 05 de maio de 2023 em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, atribuída a COVID-19, com base na baixa dos número de mortes causadas pelo vírus no número de contaminados (World Health Organization, 2023).

2 DESENVOLVIMENTO

Entende-se que com a súbita adaptação, em todo o mundo, às determinações de emergência de saúde pública da Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir março de 2020, com a implantação de medidas de distanciamento social, afetou o trabalho dos docentes no país. No contexto da pandemia, os professores foram levados a utilizar recursos digitais diversos com o objetivo de garantir a efetivação do direito à educação e a continuidade das atividades escolares sem previsão de retorno à normalidade.

Durante esse período, várias áreas sociais foram afetadas, incluindo a educação, levando a tomada de medidas emergenciais para lidar com o vírus

SARS COV 2 que se alastrava, o que implicou na suspensão de atividades presenciais nas instituições de ensino, optando-se pelo ensino remoto ou híbrido, tanto nas escolas públicas como privadas, para dessa forma, acatar a medida de distanciamento social (Bezerra, 2023). Porém:

Como se não bastasse, a pandemia ocorreu em um momento bastante particular da vida política brasileira e, especialmente, da agenda educativa. O Brasil chegou ao século XXI com uma dívida social muito grande com amplos setores da sociedade e com uma das mais injustas divisões de riquezas no mundo (Oliveira, 2020, p. 721).

Ainda nesse sentido, Oliveira (2020), fala sobre os recursos públicos que vêm sendo retirados de áreas sociais para financiamento de juros de dívidas públicas que acabam por beneficiar os bancos e empresas privadas. Essas ações já vinham fragilizando o campo educacional antes da pandemia se alastrar, portanto, em um contexto em que o desemprego vinha aumentando gradativamente, lidar com a pandemia tornou-se uma tarefa ainda mais desafiante.

Sendo assim, Silva (2003, p. 151) afirma que os professores “foram abruptamente inseridos em novas dinâmicas de trabalho virtuais, trazendo profundas mudanças ao seu ofício, que passou a ter ferramentas imprescindíveis os computadores, os smartphones e a rede web.” Assim, o caráter emergencial das medidas impostas aos docentes, fizeram com que esses trabalhadores “tirassem a sua rotina presencial, desconstruindo o seu lócus para reconstruí-lo, em extrema velocidade, em outra direção” (Silva, 2023, p. 152). Segundo Oliveira (2020, p. 730):

O novo ambiente de ensino exige que professores e alunos possuam recursos tecnológicos para realizar as atividades. Enquanto os docentes precisam de ferramentas para preparar as aulas e fazê-las chegar aos estudantes, estes necessitam de recursos tecnológicos para acessar os conteúdos disponibilizados

Em meio a esse cenário, organismos internacionais como o grupo BM, a UNESCO, a OCDE e entre outros, tiveram influências nesse período produzindo estudos e manuais que orientavam de forma padronizada as agências do Estado e da sociedade civil, definindo a política educacional dos países da periferia do capitalismo, direcionando a virtualização do ensino para não interromper a educação, levando a um ensino remoto ou híbrido, uma versão piorada do ensino a distância (Silva, 2020).

Silva (2020) evidencia que em meio a essa implementação massiva tecnológica, os detentores dos meios de produção vêm expandindo seus lucros e provocando transformações no mundo do trabalho tornando os trabalhadores meros prestadores de serviço. Nesse sentido, os docentes vêm sendo afetados por processo através da youtuberização, termo utilizado por Silva (2020) direcionado ao

trabalho dos professores com plataformas como o youtube e aplicativos de mensagens como whatsapp durante a pandemia, em que a configuração de aulas presenciais transita para o online através desses mecanismos virtuais.

Silva (2023, p. 125) alega que o caráter emergencial das medidas impostas aos docentes, fizeram com que os trabalhadores “tirassem a sua rotina presencial, desconstruindo o seu lócus para reconstruí-lo, em extrema velocidade, em outra direção”, ainda segundo a autora, a pandemia agravou o processo que já vinha ocorrendo de precarização do trabalho docente, ao somar a educação realizada por forma retoma e domiciliar, por meio de plataformas digitais e a aprovação da Medida Provisória n. 936, convertida na Lei n. 14.020, instituindo o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, utilizando da justificativa de uma medida para o enfrentamento do estado de calamidade pública para aplicar a redução proporcional de jornada de trabalho e salário em até 70%, também a suspensão contratual de forma temporária (Brasil, 2020).

Outra dificuldade vivenciada no país se refere ao acesso aos recursos digitais requeridos para a implantação do ensino remoto. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021, constatou que as condições de acesso às tecnologias digitais da população brasileira carregavam a desigualdade estrutural que constitui o país: 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a internet, enquanto 83,7% dos estudantes da rede pública possuíam acesso a esse recurso, nas Regiões Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que tem acesso à internet foi de 68,4 % e 77,0%, nas demais regiões variam entre 88,6% a 81, 3 %.% (Brasil, 2021, p. 8). Apenas 40,6% das casas dos brasileiros continham microcomputadores 82,7% das casas situadas na zona urbana possuíam acesso à internet e, somente 55,6% da zona rural possuíam esse serviço. “Em relação às desigualdades regionais, a região Sudeste apresentava o melhor percentual, com 87,3% de acesso das residências à rede mundial de computadores e o pior percentual estava na Região Nordeste, com 74,3%” (Brasil, 2021, p. 5).

O processo de implementação do ensino remoto, segundo Silva (2023), ocorreu sob indiferença do governo federal à preservação da vida, ignorando a necessidade de resolver os problemas mais urgentes como a desigualdade de acesso à internet e equipamentos tecnológicos, essenciais para acompanhar as medidas de continuidade frente à pandemia. “a mediação pedagógica pelas tecnologias simplesmente ignorou as condições das escolas públicas, do trabalho docente e a possibilidade de realização qualitativa da relação ensino-aprendizagem (Silva, 2023, p. 153). Nesse sentido, se faz necessário dar continuidade do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas já que “as pesquisas têm sido, cada vez mais, usadas para orientar as políticas públicas em geral, e em educação em particular, sendo realizadas na tentativa de buscar evidências que justifiquem determinadas escolhas políticas” (Oliveira, 2020, p. 723).

O período pandêmico levou os estudos desenvolvidos para as condições do trabalho docente que atribuíam um papel à estrutura das escolas, a abrir um espaço para avaliar as condições de moradia e acesso à utilização de recursos tecnológicos tanto pelos professores como pelos estudantes (Oliveira, 2020). Diante do que foi levantado até então, nota-se a necessidade de entender os riscos, mudanças que estão ocorrendo a partir dos processos implementados durante a pandemia que influenciam as políticas educacionais na atualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada, a pandemia de COVID-19 agravou diversas fragilidades no contexto educacional brasileiro, além da falta de preparo diante de um contexto epidêmico como o que ocorreu e as desigualdades que dificultaram o acesso às tecnologias digitais, especialmente entre os estudantes da rede pública, revelando como a sociedade brasileira sofreu de formas desiguais os impactos desse período.

A transição abrupta para o ensino remoto e híbrido levou os docentes a modificarem suas práticas pedagógicas em um contexto de precarização do trabalho. A youtuberização desses trabalhadores, termo referente a massiva utilização de plataformas digitais e aplicativos em que a educação foi transformada e mediada, muitas vezes sem considerar as condições reais de acesso e qualidade do ensino aprendizagem. Portanto, observa-se que a pandemia acelerou o processo de precarização, intensificando esses processos de desigualdades e expondo fragilidades no campo educacional brasileiro.

Se faz necessário compreender essa realidade através da produção de conhecimento em que a busca por soluções possa possibilitar políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às realidades locais, em que a busca por um acesso a educação equitativo esteja presente em todos os contextos. Se faz indispensável que os professores possuam apoio, formação adequada e recursos suficientes para que possam dar continuidade ao desempenho de seu papel na sociedade, não os submetendo a condições de trabalho precárias.

REFERÊNCIAS

APPEL, Michael. *La entrevista autobiográfica narrativa: fundamentos teóricos y la praxis del análisis mostrada a partir del estudio de caso sobre el cambio cultural de los Otomíes en México*. **Forum: Qualitative Social Research**. vol. 6, n. 2, 2005.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BEZERRA, Liana Bastos. **As políticas adotadas na rede Estadual de ensino da Paraíba durante a pandemia de Covid-19: afirmação ou negação do direito à**

educação? 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023.

World Health Organization (WHO). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing, Genebra, 05 de maio de 2023. Disponível em: . Acesso em: 26 de agosto de 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados Lei n. 14.020, de 01 de abril de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8088039&disposition=inline>. Acesso em: 01 de ago. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719-735, set./dez. 2020.

Silva, Amanda Moreira da. Trabalho docente, pandemia de covid-19 e investidas contra os direitos trabalhistas. In: Leher, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023

SILVA, Amanda Moreira; VIEIRA, Nivea Silva. 70 anos de UERJ: o ensino remoto como um 'presente de grego'. In: **ADVIR (ASDUERJ)**, v. 40, p. 5-16, 2020.

SILVA, Amanda Moreira. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**. v. 5, n. 09, p. 587-610, jul.-dez./2020